

A Plasticidade Maku

Pedro Loli

Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil
E-mail: pelolli78@gmail.com

Resumo

A região do Alto Rio Negro é reconhecida como uma área habitada por uma diversidade de grupos sociais. A literatura aponta a existência de 21 nomes distintos para grupos divididos a partir de três grandes famílias linguísticas: Aruak, Tukano e Maku. O objetivo do artigo é problematizar o nome Maku de forma a examinar quais as escalas de atuação desse nome dentro dessa rede regional de nomes coletivos. Em que sentido pode-se dizer que alguém é Maku? Quem o pode dizer? Em quais situações? Como experimento para desenvolver tais questões propõe-se examinar as imagens dos Maku fornecidas por escritos de viajantes e cientistas do século XIX e analisar os seus desdobramentos em monografias etnográficas realizadas ao longo do século XX e que se referem aos Maku. Por fim, reflete-se sobre o problema de se tomar o nome Maku como uma unidade sociológica e/ou linguística.

Palavras-chave: Maku. Alto Rio Negro. Onomástica. Unidade Sociológica. Família Linguística.

Abstract

The region of the Upper Rio Negro is recognized as an area inhabited by a variety of social groups. The literature points to the existence of 21 different names for groups divided from three major language families: Arawak, Tukano and Maku. The aim of the presentation is to discuss the Maku name in order to examine their meanings in the regional social system. In that sense one can say that someone is Maku? Who can say? In what situations? To develop such issues first I examine the image built by travelers and scientists of the nineteenth century. Then I analyze the developments in ethnographic monographs of the twentieth century. Finally, I reflect on the problem of taking the Maku name as a sociological and / or linguistic unity.

Keywords: *Maku. Upper Rio Negro. Onomastic. Sociological Unity, Language Family.*

I Prólogo

O problema ao qual se dedica este artigo de certa forma se formula como uma questão onomástica na medida em que toma o nome Maku para examinar as diversas associações relacionadas a ele na região etnográfica do noroeste amazônico. Se há nomes disseminados por grandes extensões geográficas nesta área, diria que o nome Maku seria um bom candidato, na medida em que se encontra seu uso em regiões do rio Içana, do rio Apapóris e Japurá, do rio Marié, do rio Uaupés, do rio Tiquié e do rio Papuri. Isso sem levar em consideração outros registros do nome Maku, tanto em áreas vizinhas, como o Orinoco, quanto em áreas mais distantes, como lago Cuyabeno.

Maku não é somente um nome difundido numa área geográfica extensa, mas também temporalmente. Os primeiros registros desse nome são muito antigos e datam do século XVII. Desde então, tem sido apropriado não só por cientistas e viajantes do século XIX, como também missionários, antropólogos, linguistas e funcionários de instituições estatais ao longo do século XX. Em comum a todos esses registros é o valor pejorativo que esse nome carrega e que será analisado com maiores detalhes adiante.

A partir dessa análise pretende-se refletir sobre duas características que se coadunam e são muito notadas na literatura das Terras Baixas Sul-americanas, quais sejam, a de que muitos etnônimos são nomes derogatórios dados por outros e a de que muitos desses nomes foram automaticamente convertidos em unidades sociais pelos agentes do Estado e pela própria etnologia – problemas também tratados por Calavia Sáez, em artigo publicado neste volume, e que perpassaram parte das discussões empreendidas no seminário que ensejou este artigo.

2 Arqueologia do Nome

De forma a começar a desenrolar o fio condutor dessa exposição traz-se à tona as referências que tratam dos primeiros registros a respeito do nome Maku. Politis (2007) em seu trabalho etnoarqueológico sobre os Nukak-Maku afirma que, entre o século XVII e o século XVIII, escritos sobre a região do Orinoco mencionam o uso do nome *maco* para designar certos grupos. A referência *maco* também é destacada num estudo de Becerra, Calvo e Rubio publicado em 1996. Segundo esses autores, o termo *Macos* designava órfãos capturados e depois comercializados com brancos e escravos. Também indicam que tal uso foi registrado na região do Alto Orinoco. Tais autores cogitam que o termo significa ‘sem parente’ ou ‘apartado de seu grupo’. Na região do Uaupés, por sua vez, as primeiras menções ao nome Maku encontram-se nos relatos de viagem de Sampaio e Alexandre Rodrigues Ferreira (Hugh-Jones, 1981).

Ao longo do século XIX, diversos viajantes e cientistas viajaram pela região do Alto Rio Negro e registraram o uso da palavra Maku por parte dos Tukano e Aruak para designar outros grupos indígenas. É o caso de Von Martius que viajou pelo Japurá em 1820, de Natterer, viajante austríaco que passou pela região também 1820, e de Herdon que transitou pela área em 1851. Esses três registros praticamente só mencionam o nome e destacam que os índios tukano e aruak o utilizam para designarem grupos considerados “escravos”.

Spruce em sua passagem pela região do Japurá por volta de 1853 também registra o uso desse nome. Segundo ele, são “tribos” que vagueiam sem fixar residência e geralmente consideradas como uma espécie miserável de humanidade “miserable specimens of humanity” (Spruce, 1908, p. 344). No final do século XIX, em 1882, aparecem referência ao nome Maku em documentos de missionários franciscanos nos quais é mencionada a proibição expressa de capturar e vender *maku* para os brancos (Giacone, 1949).

Na virada do século XIX para o XX, continuamos a encontrar o mesmo tipo de associação ao nome Maku. Whiffen (1915, p. 60) destaca a natureza nômade dos Maku e os caracterizam como uma “[...] tribo de pessoas pequenas e escuras, universalmente consideradas e

tratadas como escravas”. Certamente, o primeiro trabalho etnográfico mais completo e célebre sobre a região foi o de Koch-Grünberg nos primeiros anos do século XX. Em seu estudo, os Maku aparecem como “índios do mato” que se caracterizam por serem nômades, caçadores que não possuem plantações e não conhecem a navegação pelos rios, mas são profundos conhecedores da floresta. Também menciona que os povos vizinhos os consideram como animais selvagens e é muito comum tomá-los como ‘escravos’ nos trabalhos domésticos e agrícolas. Em alguns casos, esses povos vizinhos os trocam por rifles e outras mercadorias europeias (Koch-Grünberg, 1906). Podemos pressupor que, apesar da proibição expressa nos documentos dos missionários franciscanos, a prática de fornecer Maku aos brancos ainda perdurava quando da passagem de Koch-Grünberg.

A partir do extenso conhecimento da região – Koch-Grünberg percorreu do Japurá ao Orinoco – esse autor registrou a menção do nome Maku em várias áreas e embasado na coleta de dados linguísticos de diferentes grupos assim designados postulou a hipótese de que eles conformariam uma família linguística. Com isso inaugura-se a primeira tentativa de conferir ao nome Maku uma unidade social através do parentesco linguístico. Hipótese que se fortaleceu com os estudos linguísticos conduzidos pelo missionário e etnógrafo Tastevin em parceria com Rivet e Kok e publicados na década de 1920 (Rivet; Tastevin 1920; Tastevin, 1923, Rivet; Kok; Tastevin, 1925). Eles compararam vocabulários coletados de grupos Maku que viviam no rio Curicuriari, Tiquie, Papuri e Jurubaxi e estabeleceram que em seu conjunto essas línguas formariam uma família linguística. Como se verá adiante, ao longo do século XX, a definição em torno do nome Maku, como uma unidade social, ganhará maior força.

Antes de me deter com mais vagar sobre a cristalização da equivalência entre unidade social e o nome Maku, gostaria de chamar a atenção para outro aspecto muito difundido nos registros do final do século XIX e início do século XX, em especial os feitos por Coudreau, Koch-Grünberg e Nimuendaju. Tais autores postulam que os Maku seriam os primeiros habitantes da região do Alto Rio Negro. A presença Aruak e Tukano seria fruto de migrações posteriores. A tese comum

desses autores é que os primeiros habitantes da região seriam caçadores, nômades, rudimentares que desconheciam a agricultura, a arte têxtil, a cerâmica e a fabricação de canoas. A onda migratória Tukano e Aruak é que teria trazido à região o modo sedentário de ocupação, a horticultura, a pesca, a cerâmica, a arte têxtil etc. Com isso chamou-se a atenção para o processo de aculturação que os grupos Maku sofreram ao entrar em contato com povos ‘superiores’. De certa maneira, a hipótese de ocupação da região visa justificar a inferioridade dos grupos chamados Maku e reifica a imagem do nômade caçador e coletor como o mais “primitivo”, o mais “selvagem”.

3 Da Selvageria à Unidade Social

Os sentidos em torno do nome Maku sofreram transformações ao longo do século XX com o desenvolvimento de inúmeros trabalhos antropológicos e linguísticos. É a esses trabalhos que me dirijo neste momento. Nunca é demais lembrar que explorarei apenas parcialmente todo o material bibliográfico disponível.

Conquanto as características já mencionadas continuem em grande parte sendo associadas aos Maku, como veremos mais adiante, os estudos etnográficos de trabalho de campo intensivos mostraram outras nuances relacionadas a esse nome. É digno de se notar que embora o nome Maku apareça na maior parte dos trabalhos dessa época, somente no final da década de 1970 é que teremos uma etnografia realizada diretamente junto a um grupo designado como Maku. Examinarei inicialmente o conjunto de trabalhos etnográficos que tratam dos grupos Maku de forma indireta.

A primeira etnografia feita nos moldes malinowskianos foi a de Irving Goldman, realizada entre a década de 1930 e 1940. Embora seja um estudo sobre os Desana, povo associado à família linguística Tukano Oriental, o nome Maku aparece algumas vezes ao longo do trabalho. Os Maku continuam sendo descritos como grupos sem horticultura que ou foram assimilados pelos Tukano e Aruak ou vivem entre estes grupos como servos ou escravos. Entretanto, Goldman traz outras informações a respeito dos Maku que se destacam da imagem cristalizada historicamente. A primeira diz respeito à fama deles de

feiticeiros poderosos (Goldman, 1963, p. 107). A segunda informação diz respeito ao fato do clã Cubeo Bahukiwa ter um ancestral Maku. Informação registrada pela primeira vez por Koch-Grünberg (2005, p. 441) e que Goldman confirma em sua monografia. Além disso, os Cubeo teriam em comum com aqueles chamados de Maku a prática do casamento entre pessoas que falam a mesma língua. Algo que contraria a regra da exogamia linguística que caracteriza a maior parte dos casamentos da região e que muitas vezes é uma marca da posição diferenciada dos Maku.

Outro trabalho da primeira metade do século XX é o do missionário salesiano Giacone (1949) que menciona o nome Maku. Segundo ele, os Tukano, Tariano e Desana chamam também os Maku de ‘filhos do jaguar’ e os consideram como servos. Outra informação importante que gostaria de destacar do trabalho do missionário diz respeito ao fato de que na língua tukano não existe a palavra “escravo” e a palavra usada para caracterizar os Maku é *daranii*, que é traduzida como ‘trabalhadores’.

Reichel-Dolmatoff que publicou inúmeros trabalhos sobre a região a partir da década de 1960, especialmente sobre os Desana, não foge a regra e define os Maku como grupos essencialmente nômades, caçadores e coletores que vivem nas áreas interfluviais. Também destaca o baixo nível tecnológico e a diferença física em relação aos grupos Tukano e Aruak. Segundo ele, os Desana não incluem os Maku na categoria de gente verdadeira (*mahsá*) e todos os vizinhos os consideram uma espécie de classe escrava. Assim como Goldman, ressalta a fama dos Maku de feiticeiros poderosos (Reichel-Dolmatoff, 1971, p. 260).

Segundo esse autor, os Desana além de usar o nome Maku para determinados indígenas também utilizam o nome Wira-poyá, termo que o autor traduz como “Desana estragado”. Essa palavra expressa o conceito de invalidez, de incompletude, de anormalidade (1971, p. 19). Reichel-Dolmatoff também ressalta a função ritual dos Maku na preparação dos imensos cigarros cerimoniais que são fumados nas festas de celebração das alianças entre grupos: os dabucuri.

Ao longo da década de 1970, há uma profusão na produção etnográfica na Região do Alto Rio Negro que amplia ainda mais a discussão

em torno do nome Maku. É dessa época que surgem as primeiras monografias diretamente realizadas junto a um agrupamento conhecido com Maku. Antes, contudo, de tratar destes trabalhos, continuo a me referir às etnografias que tratam do nome Maku a partir do ponto de vista de grupos dos índios do rio e que trazem informações relevantes.

Em *From the Milk River*, Christine Hugh-Jones afirma que na região do rio Uaupés Maku e Tukano são as duas grandes categorias que distinguem os índios (1979, p. 14). A autora não deixa de notar que essas categorias estabelecem uma relação entre senhor e servo. Tanto que o nome Maku também é utilizado para denominar os clãs de menor hierarquia que fazem parte dos grupos Tukano. Essa relação não impede que tais grupos tenham uma relação de troca na qual os Tukano fornecem produtos cultivados e os Maku produtos da floresta. De qualquer modo, aqueles considerados Maku são vistos como pessoas que se encontram mais próximos da ordem natural na medida em que são comparados aos animais. Nesse sentido, Christine (1979, p. 59) afirma que os Maku estariam numa transição entre o natural e o social.

A etnografia realizada por Patrice Bidou (1976, p. 26) sobre os Tatuyo reforça a imagem dos Maku como não sendo gente de verdade e habitantes do interior da floresta. É interessante notar que o nome Maku também aparece sendo utilizado para se referir a um clã Tatuyo (Huná Poná). Segundo o autor, quando se faz esse uso, a intenção é denegrir e ofender a outro (Patrice Bidou, 1976, p. 168).

Jean Jackson em sua monografia sobre os Bara, povo Tukano, dedica um capítulo para refletir sobre a relação entre Tukano e Maku. Os Maku aparecem mais uma vez associados ao interior da floresta, caracterizados pelas ausências – sem “malocas”, sem canoa, sem pesca, tecnologia muito rudimentar (Jackson, 1983, p. 24) – e retratados como parte do estrato mais inferior do sistema hierárquico da região. Para a posição de inferioridade se junta a suposta falta de conhecimento cerimonial e o fato de eles não serem gente verdadeira. Atributos que dão aos Maku a fama de praticarem o canibalismo (Jackson, 1983, p. 152).

Além disso, Jackson (1983, p. 74) também nota que os grupos de maior posição tratam alguns grupos como “servos” e os consideram um grupo originalmente Maku que foi adotado como irmão menor e

ao qual foram lhe ensinados os modos corretos de se viver, a começar pelo aprendizado da língua – é o caso do grupo Wamutañara.

Chernela (1983, p. 47) em sua etnografia sobre os Uanano destaca que os Maku em geral são considerados uma espécie de “[...] sub-human, intermediate between human and animal beings [...]”, pois realizam casamentos com pessoas que falam a mesma língua. O que, do ponto de vista dos Uanano, são casamentos incestuosos. Segundo a autora, além de Maku, essas pessoas são chamadas também de *peogii*.

Em tais estudos etnográficos os grupos associados ao nome Maku vão se consolidando como um contraponto para os grupos rotulados de Tukano e Aruak cujo fundamento se apoia numa oposição sociológica que se sintetiza na diferença entre índios do mato e índios do rio. De um lado, o índio do rio: hierárquico, sedentário, horticultor, exogâmico, superior, civilizado, complexo. De outro, o índio do mato: igualitário, nômade, caçador, endogâmico, inferior, selvagem, rudimentar. Entretanto, como Jean Jackson de forma perspicaz chamou a atenção, deve-se ter o cuidado para não tomar essas oposições de forma absoluta, mas como expressões de um contínuo de transformação no qual Maku e Tukano se relacionam como extremos opostos.

4 A Heterogeneidade Maku

No final da década de 1960 e início da de 1970 foi realizado por Silverwood-Cope o primeiro trabalho etnográfico intensivo junto a um grupo considerado Maku que se autodesigna Bara. Embora já houvessem alguns trabalhos desenvolvidos diretamente com grupos Maku (Koch-Grunberg, 1906; Giacone, 1949; Schultz; 1959; Biocca; 1965), eles se basearam em estadias curtas de campo e a maior parte das informações foram registradas junto ao grupo Hupd’äh. Com a tese de Silverwood-Cope começa a se adquirir uma maior clareza das diferenças entre os grupos eclipsadas sob o nome Maku. Além de Bara, aparecem distinguidos outros dois nomes: Hupdah e Yuhupdeh.

Como o autor concentrou seu estudo de campo entre a área do rio Papuri e do Tiquié, é possível explorar mais sistematicamente uma comparação entre os Bara e os Hupd’äh, na medida em que esses grupos mantêm relações não apenas de vizinhança, mas também de

casamento. Segundo o autor, esses conjuntos Maku possuem uma proximidade linguística que os colocariam dentro de uma mesma família. É estabelecida também uma grande proximidade entre esses grupos do ponto de vista da organização social, da adaptação ecológica e da cultura material (Silverwood-Cope, 1990, p. 5). O modelo sociológico dos caçadores nômades é reificado pela etnografia de Silverwood-Cope e contrastado com o modelo sociológico dos agricultores sedentários desenvolvido pelas etnografias dos povos Tukano e Aruak.

Se por um lado o nome Maku continua operacionalizado para pensar a diferença entre índios do mato e índios do rio¹, por outro, alguns sentidos em torno dele começam a se dissolver, sobretudo em relação a sua carga pejorativa. Silverwood-Cope nota que os vizinhos Tukano dos Bara os aproximam dos animais, na medida em que ambos habitam o interior da floresta, não possuem cultivo e casam incestuosamente. Para reforçar essa imagem, os Bara-Maku são vistos como aqueles que não constroem casas apropriadas e não possuem parafernália ritual e nem conhecimento xamânico. Mesmo quando grupos Maku apresentam qualquer um desses traços considera-se que os adquiriram dos Tukano.

Entretanto, em nenhum momento os Bara-Maku concordariam que eles são menos humanos que os Tukano. Certamente eles reconhecem que são tratados como menores pelos grupos tukano, mas mesmo assim não se veem como “servos” e muito menos ‘escravos’. Algo que se confirma com as várias histórias de grupos Maku que após um tempo prestando serviços para um grupo tukano e cansados da exploração destes simplesmente os abandonavam e evadiam-se para o interior da floresta. A mesma postura é relatada por Silverwood-Cope na época da coleta da borracha. Os patrões reclamavam dos Maku devido ao fato de que eles fugiam sem qualquer aviso prévio (Silverwood-Cope, 1990, p. 31). Após essa etnografia, a imagem negativa em torno do nome Maku começa a ser problematizada na medida em que mostra como os grupos assim rotulados contestam a atribuição de animalidade e a posição de “servos” e “escravos” vinculadas a esse nome.

Outro estudo importante sobre os Maku apareceu em meados da década de 1970 e foi realizado por Howard Reid junto a grupos

Hupd'äh e baseado em extenso trabalho de campo. A região em que se desenvolveu a etnografia é a mesma onde Silverwood-Cope concentrou sua pesquisa e muitos grupos hupd'äh referidos por Reid são aqueles que tinham contato direto com grupos bara. Ainda que os Hupd'äh tivessem sido o grupo mais investigado por etnógrafos, linguistas e missionários, como já foi mencionado, as informações fornecidas no geral eram fragmentadas e parciais.

Reid é o primeiro a desenvolver um quadro mais ampliado da vida social dos grupos Hupd'äh. Não será o caso aqui de explorar a riqueza desse quadro, visto que o foco do texto é seguirmos as transformações que o nome Maku vai sofrendo ao longo do tempo. No que diz respeito a isso, gostaria de começar destacando que Reid contribui para ampliar a heterogeneidade onomástica encoberta pelo nome Maku. Além dos nomes citados por Silverwood-Cope – Bara, Hupd'äh e Yuhupdeh – também aparecem como Maku os Nadöb.

Do mesmo modo que Silverwood-Cope, Reid (1979) trata esses grupos como um conjunto que compartilham um padrão ecológico de residência, de mobilidade e de adaptação. Em contrapartida ao outro conjunto de agrupamentos indígenas que seria marcado por um padrão sedentário (Reid, 1979, p. 18). Nesse sentido, esse estudo vem reforçar o contraste entre os dois modelos de organização social encontrados na região do Noroeste Amazônico e o termo Maku vem a servir como o rótulo que permite reunir essa suposta unidade sociológica entre tais grupos. É necessário notar, entretanto, que Reid (1979) procura escapar das análises clássicas do nomadismo ao criticar oposições como simples/complexo, arcaico/desenvolvido, regressivo/progressivo.

Além disso, outras camadas de significação explicitadas pela etnografia colocam complicações para se pensar o nome Maku somente como um etnônimo. Algo que aparece claramente na discussão feita por Reid a respeito dos sentidos do nome Hupd'äh e dos nomes dados por grupos hupd'äh a outros grupos considerados Maku.

Os grupos que Reid estudou não se autodesignam de Maku, embora reconheçam, não de bom grado, que sejam assim chamados pelos índios do rio. O nome que usam quando impelidos a se autodesignarem é Hupd'äh. Nesse contexto, esse nome aparece claramente como um

etnônimo. Aqui o termo se refere a uma pessoa que não é um índio do rio tampouco um não índio que vive nas áreas interfluviais entre os rios Papuri, Tiquié e Uaupés e que falam uma mesma língua, chamada hupd'äh. Mas, isso não é tudo. Há outros usos destacados cujos sentidos não funcionam como etnônimo e demonstram a polissemia do nome. Em seu sentido mais amplo o termo Hupd'äh é usado para designar toda a humanidade e é traduzido comumente como gente. Entretanto, num sentido mais específico também é usado para designar os índios que os etnólogos em geral se referem como Maku. Por fim, é ressaltado também o uso da palavra como sendo algo correto, apropriado (Reid, 1979, p. 99). Mais recentemente, o trabalho de Ramos (2013) ressalta novamente esses usos da palavra Hupd'äh. Do mesmo modo, em minha experiência etnográfica pude verificar os mesmos sentidos em relação ao nome Yuhupdeh².

Nessa etnografia se constata que o termo Maku não se configura como um nome que abrange um conjunto de grupos. Os grupos hupd'äh não se referem a esse nome para designar o conjunto de seu agrupamento. Nem mesmo quando estes se referem a outros grupos considerados Maku com os quais mantêm relações. Reid (1979, p. 99) nota, por exemplo, que os Hupd'äh chamam grupos que se autodesignam Bara pelo nome do maior clã – “little green bird people”. Os grupos que se autodesignam de Yuhup são chamados também pelo nome do maior clã – “the children of poisonous tree grub” (Reid, 1979, p. 100). Isso não significa que os Hupd'äh não reconheçam esses grupos como Maku. Entretanto, tal designação é atribuída à perspectiva dos índios do rio e carregada de um sentido pejorativo e, portanto, reprovável.

Pozzobon (1991) em sua etnografia *Parente et démographie chez les Indiens Maku* também nota que quando os Yuhupdeh se encontram na presença dos Hupd'äh eles os chamam de *Kogn Kâ' Uydâ*, tradução de *Kogn Kegn Teihdâ* (“les enfants de l'os du singe titi”). O mesmo nome do maior clã dos Hupd'äh. Conquanto a etnografia tenha uma pretensão de abarcar o conjunto Maku, a maior parte dos dados em que se baseia provém de grupos Hupd'äh e Yuhupdeh. Pozzobon observou tanto em grupos hupd'äh quanto yuhupdeh uma tendência em considerar outros grupos com fama de Maku conforme uma relação inversamente

proporcional entre distância geográfica e distância ontológica. Quanto mais distante geograficamente, menos se compartilha de uma perspectiva e mais estranhamente percebe-se o outro – aí se encontram as acusações de feitiçarias mais abertas, o mentiroso, o invejoso, o sovina, etc. (Pozzobon 1991, p. 74-76). Algo que Reid (1979, p. 103) também aponta em sua etnografia quando afirma, por exemplo,

These same Hupdu said that the language of the downstream hupdu regional group was just as much ‘another language’ as was the language of their neighbours, the Yuhup Maku, and that spatially distant Hupdu were more likely to practice sorcery against them than the nearby Yuhup were.

Essas variações do uso dos nomes mostram que eles não são apenas etnônimos que definem unidades sociológicas dentro de um modelo de organização social, mas nomes que traçam uma trajetória dentro de um espectro de subjetividade. Pozzobon (1991) procura fazer um panorama geral dos grupos Maku e ao objetivar tal pretensão toma o nome Maku como uma unidade social de grupo. Algo que ocorre também nas etnografias anteriores. O que garante a unidade em torno desse nome é a ideia de uma estrutura social comum, qual seja, a do modelo de organização social da sociedade de nômades, caçadores, igualitários, fluidos. Isso não impediu, entretanto, de que a unidade Maku se mostrasse cada vez mais variável e difícil de ser delimitada. Na época de Pozzobon, a unidade encontra-se mais diferenciada em relação aos estudos anteriores na medida em que tinha estabilizado seus nomes sob o rótulo Maku. Além de Hupd’äh, Yuhupdeh e Bara, também são incluídos os Nukak, os Dow e os Nadöb. Aparecem também os nomes Kakwa e Kaman que seriam outra forma de se reconhecer os Bara e os Dow, respectivamente. Segundo Pozzobon, esses nomes correspondem a seis línguas diferentes que em seu conjunto formam uma família linguística (Pozzobon, 1991, p. 9-10).

Entretanto, a meu ver, Maku não é um nome para definir um grupo social que tem uma origem comum. Em outras palavras esse nome não define grupos de descendência e grupos de aliança³ do ponto de vista dos grupos assim designados. A definição e o uso do nome Maku como uma unidade social foi algo elaborado pelos trabalhos etnográficos

cos que se desenvolveram na região. O que dava certa segurança a tratar Maku como uma unidade social é que sociologicamente era possível identificar traços comuns entre aqueles grupos assim chamados. Ao ouvirem de índios vizinhos que Maku são os que vivem no interior do mato como animais, os caçadores mais exímios, os feiticeiros mais poderosos, os pesquisadores os encaixaram no modelo das sociedades de caçadores e nômades. O encaixe entre o modelo e certo discurso indígena foi muito tentador para não ser feito, ainda mais porque é recente um debate que questiona criticamente o modelo das sociedades de nômades, caçadores e coletores.

Dentre as várias consequências disso, destaco uma que diz respeito diretamente à questão da onomástica. As etnografias produzidas sob a égide do nome Maku dessa primeira geração de antropólogos manteve-se numa posição ambígua em relação às descrições. Por um lado, chamaram a atenção para o fato de que os grupos reconhecidos pelo rótulo Maku não recebiam de bom grado essa designação e destacaram a inadequação de tratar esses grupos como escravos. Por outro lado, continuaram se valendo do nome para designar um conjunto de grupos sociais como uma unidade sociológica e linguística.

5 Maku: uma família linguística?

Sem dúvida, os primeiros trabalhos etnográficos sobre os grupos chamados Maku forneceram uma imagem muito mais ampla e precisa desses grupos. Entretanto, a impressão geral é que os autores continuaram não só tratando a variedade de grupos sob uma unidade sociológica como também a colocando como externa ao sistema social do Alto Rio Negro cuja estrutura seria dada pela organização social baseada no sedentarismo e na horticultura, própria dos índios do rio – Tukano e Aruak.

Entretanto, mais recentemente, o problema em torno da unidade Maku voltou à tona junto a um debate linguístico e antropológico no qual se coloca em questão o uso desse nome para definir a composição de uma família linguística ou de conjunto sociológico. A unidade em torno da composição de família linguística, assim como da família

sociológica, nunca foi ponto pacífico dos estudos empreendidos, mas sempre foi algo almejado e novas composições foram propostas.

A existência da família linguística Maku, como já mencionado, foi postulada por estudos realizados nas primeiras décadas do século XX (Koch-Grünberg, 1906; Tastevin, 1923; Rivet; Tastevin, 1920; Rivet; Kok; Tastevin, 1925). A partir de meados do século XX, novos estudos linguísticos classificaram como parte da família linguística Maku as línguas *nukak*, *yuhup*, *hupdah*, *kakua*, *dâw*, *nadeb*, *hödi* e *puinave*. Entretanto, em nenhum momento houve consenso geral quanto a essa composição. O pertencimento das línguas *hödi* e *puinave* é o mais contestado devido à falta de dados detalhados que sustentem a aproximação. Quanto às outras línguas há maior concordância, embora haja controvérsias quanto às proximidades. Alguns estudos entendem que a língua *nadeb* se distancia mais das línguas *nukak*, *yuhup*, *hupdah*, *kakua*, *dâw* (Martins; Martins, 1999, p. 255). Outros incluem o *nadeb* e excluem as línguas *nukak* e *kakua* da família linguística (Epps, 2005, p. 8-9). Além do estudo de Epps, o de Ospina sobre a língua *yuhup* (2002) também estabelece um grau de parentesco próximo entre a língua *yuhup* e a língua *hup*; em seguida, com a língua *dâw*, e em menor grau com as línguas *nadeb*, *kakua* e *nukak*.

Mas se é possível seguir certa filiação linguística entre tais línguas, isso não dá uma sustentação firme para associar essas filiações ao rótulo Maku. Tanto que, mais recentemente, além da composição da família Maku, também se discute o nome próprio dessa família. Diante disso, além dos linguistas supracitados, antropólogos que vêm desenvolvendo pesquisa com esses grupos desde os anos 1990 (Athias, 1995; Marques, 2009; Ramos, 2013) têm se posicionado politicamente no sentido de abandonar o uso do nome Maku para designar a família linguística e sociológica, devido ao sentido pejorativo associado ao termo. Até o momento duas propostas para a família linguística se sobressaíram. Epps (2005) propõe o nome *Nadahup*, cuja família é composta por *nadeb*, *yuhup*, *hupdah* e *dâw*. O nome é uma junção abreviada das línguas que compõem o conjunto. Ramirez (2001) propõe *Negro-Japurá* ou *Uaupés-Japurá*, cuja família é composta por *yuhup*, *hupdah*, *kakua*, *dâw* e *nadeb*. Nesse caso, usa-se uma referência geo-

gráfica para delimitar o conjunto. Desse modo, não há consenso geral entre os estudiosos nem em relação a quais línguas fazem parte da família, nem em relação a qual nome utilizar para designar a família.

O caldeirão multilinguístico da região se constitui fonte inesgotável para pesquisas nas áreas da linguística e antropologia. A discussão sobre o tema é extensa e revela que a língua constitui-se como um marcador diacrítico que estabelece uma diferença entre um agrupamento e outro, a ponto da prática muito comum de casamento interlinguístico ser erigida pela antropologia como regra de exogamia linguística. Alguns trabalhos propuseram que língua e grupo exogâmico são coincidentes (Jackson, 1983; Chernela, 1983). Outros trabalhos, entretanto, chamaram a atenção para o fato de que essa diferença linguística não deve ser tratada como regra de exogamia invariante do sistema, mas como uma variável que entra na composição dos grupos (C. Hugh-Jones, 1979). Seja qual for a posição, é inegável que a língua aparece como característica fundamental para a definição das diferenças entre as pessoas.

A centralidade parece posta pelo próprio pensamento indígena da região. A começar pelo modo como aparece na história da viagem da cobra-canoa. Recordemos do célebre episódio em que as pessoas passam a falar línguas diferentes à medida que emergem do buraco de transformação em Ipanoré – é nesse momento que os grupos se diferenciam. A terminar pela reivindicação atual em torno dos projetos de escolas indígenas que preconiza a alfabetização em língua indígena.

Os indígenas são, portanto, muito ciosos das diferenças linguísticas, mas será que seus critérios para estabelecer essas diferenças sejam baseados estritamente numa análise linguística ou de estrutura social. Qual a relação entre esses dois modos distintos de estabelecer as aproximações e os afastamentos da língua? Será que os indígenas pensam as diferenças a partir de uma comparação ordenada pela ideia de leis sociais ou de regras gramaticais. Como se estabelece um limite entre duas línguas ou entre dois grupos? Destaca-se essas questões não para resolvê-las, mas para tomá-las como horizonte de reflexão.

Dentro da minha experiência etnográfica, nunca me formularam as diferenças linguísticas somente em termos de estrutura gramatical

com questões do tipo: trata-se de um dialeto ou outra língua. Embora evidentemente se fundamente em comparações de expressões linguísticas, a diferença linguística não se restringe a isso. Como refletir quando pessoas que vivem no igarapé Castanha e falam yuhup afirmam “a gente fala um pouco diferente” das pessoas que falam yuhup e vivem no igarapé Cunuri.

Parece-me que os indígenas ao pensar sobre diferenças linguísticas não estão pensando em termos de sistema simbólico e estrutura social, embora o que digam possa ser traduzido nesses termos. Organizar a comparação sob esses termos é próprio de uma teoria social que opera ferramentas conceituais de forma a transformar a imensa massa de informações advindas das experiências etnográficas numa modelagem que possibilite a comparação. A sociedade sendo o conceito fundamental que organiza essa possibilidade comparativa. É a partir desse conceito que se pode determinar que toda sociedade possui uma estrutura social com suas leis que engendram a continuidade de sua reprodução. Nesse modelo, o parentesco é pressuposto como estruturante da sociedade indígena. Seja porque a reprodução social depende da reprodução biológica (teoria da descendência). Seja porque a reprodução social depende do casamento e conseqüentemente da diferença entre grupos (teoria da aliança). A dificuldade de se definir a unidade social no sistema do Alto Rio Negro não é nenhuma novidade e foi notada pelo menos desde o trabalho de C. Hugh-Jones (1979, p. xv) quando a autora define a região como uma rede social aberta (*a network open-ended*) e ressalta a dificuldade de se delimitar as fronteiras da sociedade e conseqüentemente dos grupos.

6 Epílogo

O quadro naturalista pincelado no final do século XIX e início do XX a respeito do nome Maku acabou moldando a explicação sociológica clássica a partir de meados do século XX. A teoria do elo perdido que assombra os povos nômades e caçadores se vê como que sobreposta à perspectiva indígena da região – sobretudo pela afirmação de que os Maku são como animais. Junção que, a meu ver, oblitera alguns sentidos em torno do nome Maku. O esforço aqui é provocar um des-

lizamento entre essas perspectivas de forma a não reduzir nenhuma à outra.

Assim a especificidade em torno do nome Maku não deve ser reduzida a uma explicação sociológica que trata esse nome como uma unidade sociológica e/ou linguística circunscrita e restrita a determinada estrutura social, nem à imagem pejorativa que prevalece na visão dos índios da região. Quando esses grupos contrastam suas diferenças eles não o fazem porque suas estruturas sociais se diferenciam. Isto é, o contraste não se dá porque uns são nômades, caçadores, endogâmicos linguisticamente e igualitários e outros são sedentários, horticultores, exogâmicos linguisticamente e hierárquicos. O que não significa que a diferença não possa ser elaborada como um problema de teoria social ou mais especificamente como um problema antropológico, na medida em que se coloca em negociação a própria ideia de humanidade. Mas devemos aí mudar o eixo do que embasa a ideia de humanidade para além dos modelos tipológicos de organização social e orientá-lo para a concepção que se deixa entrever em torno do nome Maku.

Note-se bem que o desvio é focado, sobretudo, em relação a tipificação do social. Como Calavia chama a atenção, em artigo publicado neste volume, é necessário admitir que os problemas que os etnônimos colocam para a antropologia não podem se limitar apenas à dimensão extensiva, isto é, não se deve reduzir os nomes a linhagens, clãs, sib, fratria, tribo. Nada mais adequado para o caso do nome Maku, visto que não se trata nem de um nome próprio nem de um termo de autodesignação. Seria mais fácil defini-lo como uma heterodesignação, como Calavia propõe, na medida em que o nome é uma atribuição usada por vizinhos e se refere ao selvagem, ao primitivo, ao índio bravo do mato. Também corrobora para tanto a grande plasticidade do nome que é usado para se referir a um grupo específico de parentes, a um grupo local de uma aldeia ou várias, a um grupo de “índios” que não se reconhecem como parentes.

A plasticidade, entretanto, não parece ser uma característica restrita somente ao nome Maku, mas a muitos outros nomes. É o caso do nome Tukano, como Andrello sugere, em trabalho publicado neste volume, que também seria uma designação externa atribuída

por vizinhos e que ora inclui um número maior ora menor de grupos. Nesse sentido, o nome Tukano também pode ser definido como uma heterodesignação, porém distintamente de Maku, o termo não evoca um sentido pejorativo, mas jocoso e foi cunhado por grupos que casam entre si. Andrello coloca a questão “[...] em que medida adotar ou alterar um nome atribuído por outrem codificam disputas e transformações no interior de uma escala comum de pessoas e coletivos”. Com isso, a questão da onomástica se mostra indissociável dos processos de fissão e de fusão dos coletivos, tão característicos da região. Andrello, em artigo publicado neste volume, também aponta para essas transformações: “Maku torna-se Tukano sem deixar de sê-lo assim como Tukano torna-se branco sem deixar de ser Yepa-Masa”. Outros autores chamaram a atenção para essas transformações. Silverwood-Cope se refere à incorporação de clãs maku a de clãs tukano de baixa hierarquia. Jackson, analisando a relação entre Tukano e Maku, também cogita sobre a possibilidade de transformações de clãs de baixa hierarquia serem originalmente Maku (1983, p. 159). É possível encontrar também referência a esse processo em Athias (1995, p. 67).

É nesse sentido que mais acima afirmou-se que os nomes traçam uma trajetória dentro de um espectro de subjetividade cuja elasticidade se transforma conforme a perspectiva que se adote. Ser chamado de Maku ou deixar de sê-lo não define quem se é, embora inegavelmente diga algo a respeito daquele assim reconhecido. Menos que uma categoria sociológica, trata-se mais de uma fama, ou melhor dizendo, de uma má fama. Ninguém gosta de ser assim chamado, embora em determinados momentos se reconheçam sob esse nome. O ponto é que mesmo quando grupos se reconhecem como Maku nunca o fazem de forma a se reduzir a ele, pois esse nome não funciona para determinar os limites de um grupo. Como Calavia afirma, em trabalho publicado neste volume, “[...] tudo pode acontecer nela quando se desliza para esse ‘mas na verdade somos [...]’ dos etnônimos. Parece haver no nome Maku um excesso de significação que lhe garante uma plasticidade virtualmente ilimitada de uso.

Notas

- ¹ É interessante notar que, ao longo da tese, Silverwood-Cope não usa o termo Bara isoladamente, mas sempre Bara-Maku.
- ² Noto que estamos aqui no nível dos nomes que Calavia chama de autodesignações e que têm como característica carregar uma polissemia de referentes muitas vezes contraditórios entre si.
- ³ Examinar esse ponto com o devido cuidado exigiria outro artigo, mas deixo entrever o potencial da discussão. Se digo que Maku não define grupo de descendência e grupo de aliança, não quero dizer que não existam nomes que o façam. São os nomes que antropologicamente são definidos como clãs e sib. Nesse plano, os nomes podem ser entendidos conforme a linha da descendência ou a linha da aliança.

Referências

- ATHIAS, Renato Monteiro. **Hupdë-Maku et Tukano: relations inégales entre deux sociétés du Uaupés, amazonien (Brésil)**. 1995. 157 p. Tese (Doutorado) – Université de Paris X, Paris, 1995.
- BECERRA, Gabriel; FRANKY CALVO, Carlos Eduardo; MAHECHA RUBIO, Dany. Los Maku del noroeste amazônico. **Revista Colombiana de Antropología**, Bogotá, D.C., v. 33, p. 85-132, 1996/1997.
- BIDOU, Patrice. **Les Fils de l'Anaconda céleste (les Tatuyo): étude de la structure socio-politique**. 1976. 345 p. Tese (Doutorado) – Universidade de Paris, Paris, 1976.
- BIOCCA, Ettore. **Viaggi tra gli Indi Alto Rio Negro-Alto Orinoco**. Rome: Consiglio Nazionale delle Ricerche, 1965. 3 v.
- CHERNELA, Janet. **Hierarchy and economy among the Uanano (Kotiria): speaking people of the middle Uaupés basin**. 1983. 180 p. Tese (Doutorado) – Columbia University, New York, 1983.
- EPPS, Patience Louise. **Grammar of Hup**. 2005. 1118 p. Tese (Doutorado) – University of Virginia, Charlottesville, 2005.
- GIACONE, Padre Antônio. **Os Tucanos e outras tribus do Rio Uaupés afluente do Negro Amazonas**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1949.
- GOLDMAN, I. **The Cubeo: indians of the Northwest Amazon**. Urbana: University of Illinois Press, 1963.
- HUGH-JONES, Christine. **From the Milk River**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- HUGH-JONES, S. **The palm and the pleiades**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- _____. Historia del Vaupés, **Maguarí**, I, Bogotá, p. 29-51, 1981.

- JACKSON, Jean. **The fish people**: linguistic exogamy and Tukanoan identity in Northwest Amazonia. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- KOCH-GRÜNBERG, T. Die Maku. **Anthropos**, [S.l.], v. 1, p. 877-966, 1906.
- _____. **Dois anos entre os indígenas**: viagens ao nordeste do Brasil (1903-1905). Manaus: EDUA/FSDB, 2005.
- MARTINS, Silvana; MARTINS, Valteir. Makú. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. (Ed.). **The Amazonian languages**. Cambridge; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1999, p. 251-267.
- MARQUES, Bruno Ribeiro. **Figuras do movimento**: os Hupda na literatura etnológica do Alto Rio Negro. 2009. 192 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- OSPINA BOZZI, Ana Maria. **Les structures élémentaires du Yuhup Makú**: langue de l'Amazonie colombienne: morphologie et syntaxe. 2002. 477 p. Tese (Doutorado) – Université de Paris VII, Paris, 2002.
- POLITIS, Gustavo. **Nukak**: ethnoarchaeology of an Amazonian people. Califórnia Walnut Creek, CA: University College London Institute of Archaeology Publications, 2007.
- POZZOBON, Jorge. **Isolamento e endogamia**: observações sobre a organização social dos índios Maku. 1983. 386 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.
- _____. **Parenté et démographie chez les indiens Maku**. 1991. 255 p. Tese (Doutorado) – Univ. Paris VII, Paris, 1991.
- RAMIREZ, Henri. **Família Makú ou família Uaupés-Japura?** Belém: Encontro da ANPOLL, 2001.
- RAMOS, Danilo Paiva. **Círculos de coca e fumaça**: encontros noturnos e caminhos vividos pelos Hupd'äh (Maku). 2013. 469 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- REID, Howard. **Some aspects of movement, growth and change among the Hupdu Maku indians of Brazil**. 1979. 402 p. Tese (Doutorado) – University of Cambridge, Cambridge, 1979.
- REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo. **Amazonian cosmos**: the sexual and religious symbolism of the Tukano Indians. Chicago: University of Chicago Press, 1971.
- RIVET, Paul; TASTEVIN, Constant. Afinités du Makú et du Puinave. **Journal de la Société des Américanistes**, [S.l.], v. XII, p. 69-82, 1920.

RIVET, P.; KOK P.; TASTEVIN, C. Nouvelle contribution a l'étude de la langue Makú. **Rev. International Journal of American Linguistics**, [S.l.], v. 3, n. 2-4, p. 133-192, 1925.

SCHULTZ, Harald. Ligeiras notas sobre os Makú do Paraná Boá-Boá. **Rev. do Museu Paulista**, São Paulo, Museu Paulista, v. 11, p. 109-132, 1959.

SILVERWOOD-COPE, Peter Lachlan. **Os Maku**: povo caçador do Noroeste da Amazônia. Brasília, DF: UnB, 1990.

SPRUCE, R. **Notes of a botanist on the Amazon and Andes**. London: MacMillan and Co., 1908.

TASTEVIN, P.C. Les Makú du Japurá. **Journal de la Société del Américanistes**, Paris, v. 15, p. 99-108, 1923.

WHIFFEN, T. **The NorthWest Amazons**: notes of some months spent among cannibal tribes. New York: Duffield and Company, 1915.

Recebido em 15/10/2015

Aceito em 14/04/2016